

 <p>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ</p>	<p style="text-align: center;">ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COORDENADORIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO Nº 03 - VERSÃO 02</p>	 <p>MANUAL DAS CONTRATAÇÕES Clique para acessar</p>
(Processo Administrativo nº TJPA-PRO-2024/00475-V01)		

1 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO – art. 10º, §1º, incisos I da IN nº 01/2023

Justificativa da necessidade: Para garantir a eficiência no uso de sistemas eletrônicos judiciais, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), o Processo Administrativo Digital Siga DOC, Kenta (Sistema de gravação de audiência) entre outros, tem a necessidade de adquirir novos certificados digitais, inclusive da pessoa jurídica do tribunal que garante a disponibilidade de sistemas essenciais e vitais para o funcionamento do judiciário paraense. Além disso, têm como objetivo, assegurar a identificação legal e inequívoca do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), magistrados e servidores envolvidos em ações e processos.

Os certificados digitais utilizados são do tipo Cert-JUS e e-CPF ICP-Brasil do modelo A3, de uso individual, armazenados em mídias criptográficas (token). Eles são imprescindíveis para garantir também a autenticidade dos documentos e sistemas do Poder Judiciário do Pará, bem como para atender às demandas dos magistrados e servidores nos sistemas judiciais e em sistemas externos, como Infojud, Renajud, Serasajud e PJe e a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) - CNJ.

Logo, os certificados contribuem para a segurança nas comunicações do Poder Judiciário do Estado do Pará com outros órgãos judiciais no país, perante órgãos de receita federais e estaduais, e em outros serviços que exigem comunicações digitais e assinaturas seguras, como Malote Digital, e-Social e Conectividade Social ICP - FGTS da Caixa Econômica Federal, e entre outros.

Resultados esperados: Aprimoramento da eficiência operacional dos sistemas judiciais eletrônico (PJE e SEEU, entre outros); Garantia da segurança da informação e autenticidade dos documentos e sistemas; Confiabilidade dos processos judiciais eletrônico no tribunal de justiça do Pará e a manutenção da continuidade na renovação e emissão de novos certificados para todos os servidores e magistrados do tribunal.

2 - ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – art. 10º, §1º, incisos II da IN nº 01/2023

Código do PCSTIC	Número do expediente que autorizou	Entrega do ETP (mês/ano)	Entrega do TR (mês/ano)	Contratação (mês/ano)
SEINF40A24	TJPA-PRO-2024/00475-V01	05/2024	05/2024	07/2024
		[X] sim [] não	[X] sim [] não	[] sim [] não
Justificativa em caso de resposta(s) negativa(s):				



3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – art. 10º, §1º, incisos III da IN nº 01/2023

A) REQUISITOS: O procedimento proposto visa estabelecer a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços relacionados à emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrados, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard e SSL Wildcard para servidores web (externo). Este processo deverá levar em consideração os requisitos básicos listados nos itens abaixo.

OBSERVAÇÃO: O objeto da contratação trata-se apenas de certificado digital. Ou seja, sem o dispositivo/mídia(token).

CERTIFICADO DIGITAL DA CADEIA AC-JUS A3 (VALIDADE DE 3 ANOS) PARA MAGISTRADOS:

- Certificado digital do tipo A3, padrão AC-JUS ICP-Brasil, para magistrados com prazo de validade de 03 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Deve permitir a validação presencialmente e por Vídeo Conferência

CERTIFICADO DIGITAL e-CPF A3 (VALIDADE DE 3 ANOS):

- Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 03 (três) anos;
- Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- Deve permitir a validação presencialmente e por Vídeo Conferência.

CERTIFICADO DIGITAL PARA PESSOA JURÍDICA DO TIPO A1 (e-CNPJ):

- Certificado digital do tipo A1 para pessoa jurídica, padrão AC-JUS ICP-Brasil, com prazo de validade de 1 (um) ano;
- Deve permitir a utilização para os casos a seguir: conectividade social/ICP (recolhimento FGTS), Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social), Central de Serviços da Receita Federal (e-CAC), ComprasNet, entre outras destinações;
- Deve permitir a validação presencialmente e por Vídeo Conferência.

CERTIFICADO DIGITAL INTRANET SSL WILDCARD TIPO A1:

- Protege hierarquias RSA 2048 bit e ECC 256 bit;
- Opções de assinatura com algoritmos SHA-1 ou SHA-256
- Proteger até 500 SANs, incluindo os subdomínios ligados ao domínio principal;
- A opção de licenciamento da SAN deve permitir até um número especificado de SANs únicas no inventário de certificados, permitindo que se forneça um certificado de avaliação ou de curto prazo sem afetar o resultado final;
- Emissão instantânea a partir da plataforma de gestão de certificados da contratada;
- Suporte para períodos de validade mais longos do que o permitido em raízes públicas (até 5 anos);
- Reemissão quantas vezes desejar dentro do período de validade sem custo adicional;
- AutoCSR opcional – onde a contratada cria as chaves e o CSR para o contratante;
- Licença de servidor ilimitada – pode ser instalado em quantos servidores se desejar sem custo adicional;
- Ser reconhecido por todos os navegadores web que suportem certificados SSL/TLS - dentre eles, os browsers Microsoft Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari - sem a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais;
- Compatível com dispositivos móveis, celulares, smartphones e tablets;
- Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração



do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado;

- Garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo;
- Validade mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua emissão

CERTIFICADO DIGITAL SSL WILDCARD PARA SERVIDORES WEB:

- Certificado tipo WILDCARD, que permite certificar um único domínio e infinitos subdomínios;
- Certificado SSL de validação de empresa (OV);
- Instalação em servidor adicional sem custo e ilimitado;
- Licença de uso do mesmo certificado em ilimitados servidores e/ou equipamentos;
- Reemissão gratuita e ilimitada durante o período de validade do certificado;
- Utilizar algoritmo de criptografia SHA-2 de 256 bits;
- Suportar chaves RSA com 2048 bits;
- Ser compatível com o protocolo SSL- Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS — Transport Layer Security na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS;
- Compatível com 100% dos servidores WEB que suportem os protocolos SSL e TLS, dentre eles podemos explicitar Apache, Microsoft Internet Information Service, Tomcat, JBOSS, OpenShift e Nginx;
- Ser reconhecido por todos os navegadores web que suportem certificados SSL/TLS - dentre eles, os browsers Microsoft Internet Explorer a partir da versão 11, Mozilla Firefox a partir da versão 52.2, Google Chrome a partir da versão 59 e Apple Safari a partir da versão 3.2.1 - sem a necessidade de nenhuma intervenção manual do usuário ou instalação de cadeias adicionais;
- Compatível com dispositivos móveis, celulares, smartphones e tablets;
- Possuir selo de segurança Site Seguro;
- Verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP);
- Possuir conformidade WebTrust
- Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do site seguro e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado;
- A prestação do suporte técnico remoto deve ser no idioma português, em horário comercial e com prazo de atendimento de até 8 (oito) horas a partir da abertura do chamado;
- Garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão;
- Caso necessite de visita presencial para validação da documentação e coleta de assinaturas para o fornecimento do certificado digital SSL do tipo WILDCARD os custos se darão por conta da contratada.

B) ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

	Itens	Quantidade
1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados – Sem token	500
2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos) - Sem token	6000
3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ) – Sem token	3
4	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do	3



	tipo A1 12 meses - Sem token	
5	Certificado digital Wildcard para servidores web Tipo A1 - Sem token	3

A administração do serviço de certificação digital do tribunal de justiça, conduzida pela coordenadoria de atendimento ao usuário (CAU), analisou que a quantidade mencionada acima foi levantada com o objetivo de atender às necessidades de renovação e obtenção de novos certificados até dezembro de 2026.

Justificativas:

A solução está em total conformidade com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (PEI) para o período de 2021 a 2026, especificamente na iniciativa estratégica voltada para o aprimoramento dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Além disso, está alinhada com a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o mesmo período, focando no fortalecimento da Segurança da Informação e na eficaz Gestão de Dados. As demandas citadas acima seriam para atender aproximadamente o quantitativo de Certificados Cert-Jus e e-CPF A3, que expiram até dezembro de 2026, sem contar com o ingresso de novos magistrados/servidores, segunda via gratuita ou novas solicitações de usuários que ainda não possuem.

Por outra perspectiva, é importante ressaltar que no Documento de Oficialização da Demanda (DOD) foi especificada uma quantidade específica de certificados. Durante o Estudo Técnico Preliminar (ETP), foi identificada a necessidade de aumentar a quantidade de dois itens: o Certificado Judicial (Cert jus magistrado), que inicialmente era de **400 unidades**, passou a ser de **500 unidades**, o E-CPF, que inicialmente era de **5000 unidades**, passou a ser de **6000 unidades**, e os produtos E-CNPJ, SSL wildcard intranet e SLL wild cada para servidores WEB, foi necessário acrescentar mais 1 (uma) também. É crucial observar que, conforme a demanda, será avaliada a necessidade de consumir a quantidade total licitada ou não durante a sua vigência.

A descrição dos itens de nº 4 e 5º foram modificados para melhor identificação do produto.

OBSERVAÇÃO: Para essa contratação, os itens de referência neste ETP, serão contratados sem token embutido. Ou seja, apenas os certificados.

Ponto 1: Sustentabilidade: ATENDE O ITEM X DO ART. 30, §1º



Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

se aplica ao PLS do TJPA

não se aplica ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

Outros pontos podem ser incluídos e detalhados.

Justificativa: Para a contratação de certificados digitais pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), Cert-JUS e e-CPF ICP-Brasil do modelo A3, é fundamental considerar critérios de sustentabilidade alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como as dimensões econômicas e ambientais.

Os Certificados Digitais ICP-Brasil, como o e-CPF A3, são amplamente utilizados e atendem a diversas finalidades. Eles garantem autenticidade, integridade e validade jurídica em operações online.

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) abarcados pela contratação sob o ponto de vista da inovação citamos:

ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): Os certificados digitais contribuem para a infraestrutura digital, facilitando a inovação e a segurança nas transações eletrônicas.

ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes): Os certificados digitais são essenciais para a autenticação e assinatura eletrônica em processos judiciais e administrativos, promovendo a eficácia das instituições.

Uso Responsável de Mídias Criptográficas (Tokens), para armazenar certificados digitais A3 deve considerar a sustentabilidade, quanto a dimensão ambiental:

ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): Garantir que os tokens sejam produzidos de forma responsável, com materiais recicláveis e duráveis.

ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima): Minimizar o impacto ambiental da produção e descarte dos tokens, promovendo a reutilização e reciclagem.

Redução de Papel e Processos Eletrônicos, quanto a sustentabilidade Ambiental e Econômica:

Os certificados digitais contribuem para a redução do uso de papel, pois permitem assinaturas eletrônicas. Isso está alinhado ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que visa reduzir o desperdício e promover práticas sustentáveis.

Ponto 2: Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...)

A subcontratação fica limitada a ... [parcela permitida/percentual]

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Ponto

XX:

OBS: Podem ser exigidos outras questões, a depender do objeto a ser contratado.

4 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES – art. 10º, §1º, incisos IV da IN nº 01/2023

A estimativa dos quantitativos foi obtida a partir de fatos, como:

Série histórica de consumo



Necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis

Inauguração de novas varas/setor

Acréscimo de atividades

Execução de projetos, atentando-se a eventual fato futuro apto a impactar o quantitativo demandado

Outros fatos

Quais?

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO – art. 10º, §1º, incisos V da IN nº 01/2023

Levantamento das soluções disponíveis

5.1 - Soluções disponíveis no mercado ou em outro órgão ou entidade da Administração Pública

No caso em questão, compreendemos que não é pertinente analisar outros produtos disponíveis no mercado, uma vez que a Certificação Digital segue as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Isso envolve associar uma entidade a um par de chaves criptográficas, proporcionando uma solução singular para atender às demandas de acesso aos serviços que exigem o uso do certificado.

Visando identificar legal e inequivocamente magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará na rede mundial de computadores, a Certificação Digital segue as diretrizes definidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Durante o procedimento de emissão do certificado digital, é necessário que o solicitante se dirija a uma Autoridade de Registro (AR) da Autoridade Certificadora (AC) e passe por uma validação presencial ou por videoconferência para a aprovação do certificado e sua posterior emissão em mídia criptográfica (A3) ou como arquivo (A1). Sendo assim, segue abaixo a disponibilidade de fornecedores que atendem a presente demanda.

Solução 1		
Solução	Descrição:	Fornecedores em geral
Contratação de Certificados digitais ICP - Brasil	Contratação de uma empresa e especializada na prestação de serviços relacionados à emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrados, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard e SSL Wildcard para servidores web (externo). Todos sem token.	Soluti/AR RP/Globalsec/Rio madeira/ Multi tecnologia/ Allmic
Solução 2		
Solução	Descrição	Fornecedor
NeolD (Certificado em Nuvem)	O NeolD é uma opção que armazena o certificado digital na nuvem do Serpro. Pode ser instalado em vários computadores e celulares, com autorização para cada uso. Isso reduz o risco de perda, pois não depende de uma mídia física	SERPRO
Solução 3		
Solução	Descrição	Fornecedor
Não se aplica	Não se aplica	

JUSTIFICATIVA: Considerando a última Ata realizada em 2021 (Pregão Eletrônico de nº. 050/TJPA/2021), ainda restam 3.000 (três mil) tokens disponíveis para uso. Nesse sentido, pretendemos esgotar essa



T.JPADES202494435



quantidade conforme as necessidades e pedidos à nossa secretaria de informática, via chamado. Assim, concluímos que a **solução 2 de certificação em nuvem não atenderá ao nosso cenário institucional** para os certificados dos tipos Cert-jus magistrado e e-CPF pessoa física.

Por fim, cabe ainda registrar que não possuímos sistemas judicial e administrativos que necessite desse do tipo de certificação em Nuvem.

Sendo assim, o quadro demonstrativo abaixo detalha com mais clareza o atendimento de cada item e seus respectivos fornecedores:

MODELO	Certificados digitais da cadeia AC-JUS A3 para magistrado:
FORNECEDOR	Soluti/Rio Madeira/ Mult Tecnologia
MODELO	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)
FORNECEDOR	Allmic tec/Rio Madeira/ AR RP
MODELO	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)
FORNECEDOR	Soluti/Rio Madeira/ Mult Tecnologia
MODELO	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses
FORNECEDOR	Globalsec/ AR RP/Rio Madeira
MODELO	Certificado digital SSL Wildcard para servidores web do tipo A1 12
FORNECEDOR	Globalsec/ AR RP/Rio Madeira

5.1.2 - Análise comparativa das soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução é composta por software livre ou software público?	Solução 1		X	
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução está disponível em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro (http://www.softwarepublico.gov.br)? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (Quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing ou MNI, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1	X		
	Solução 2			
	Solução 3			
A Solução é aderente ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus)	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			

5.1.3 - Pesquisa de preços de mercado



TJPADES202494435



Utilizando a ferramenta de pesquisa "Banco de Preços", disponível no site www.bancodeprecos.com.br, foi possível consultar pregões eletrônicos conduzidos pelo sistema do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal (COMPRASNET). Durante essa busca, identificamos as seguintes contratações públicas semelhantes

1	Identificação	NºPregão:222023 / UASG:926454 - OK
	Órgão	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI
	Objeto	Certificado digital para pessoa física, tipo A3 AC JUS, com prazo de validade de 03 (três) anos, no padrão ICP-Brasil. SEM TOKEN
2	Fornecedor	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A
	Identificação	NºPregão:132023 / UASG:154421 - OK
	Órgão	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
3	Objeto	Emissão de Certificado Digital A3, sem Token Pessoa Física - Certificado digital e-CPF A3, sem fornecimento de dispositivo físico de armazenamento, homologados pela ICP Brasil. Validade 36meses. SEM TOKEN
	Fornecedor	ALLMIC TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
	Identificação	NºPregão:222023 / UASG:926454
4	Órgão	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI
	Objeto	Emissão de Certificado Digital A1 para Pessoa Jurídica - (E-CNPJ) - SEM TOKEN
	Fornecedor	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A
5	Identificação	Nada consta
	Órgão	TJPA - Estudo feito na última ATA em 2021.
	Objeto	contratação de certificado digital sem mídia token e de certificado digital SSL wildcard para Intranet. - SEM TOKEN
5	Fornecedor	SOLUTI - SOLUCOES EM NEGOCIOS INTELIGENTES S/A
	Identificação	NºPregão:32023 / UASG:926697
	Órgão	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - AL/RN
5	Objeto	contratação de certificado digital com mídia token e de certificado digital wildcard para servidores web para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte - SEM TOKEN
	Fornecedor	GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA

Solução	Valor da solução
Solução 1	R\$ 1.380.272,01



5.1.4 - Registro de soluções consideradas inviáveis

Não se aplica, pois só tem uma solução descrito.

5.1.5 - Análise comparativa de custos

Solução Viável 1								
Custo Total de Propriedade – Memória de Cálculo								
ITEM	Descrição	QTD	NºPregão:222023 / UASG:926454	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA MULT TEC	PROPOSTA RIO MADEIRA	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados	500	R\$ 52,40	R\$ 240,00	R\$ 108,00	R\$ 120,00	R\$ 156,00	R\$ 78.000,00
TOTAL								R\$ 78.000,00
ITEM	Descrição	QTD	NºPregão:132023 / UASG:154421	PROPOSTA AR RP	PROPOSTA ALLMIC	PROPOSTA RIO MADEIRA	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)	6000	R\$ 49,00	R\$ 240,00	R\$ 203,67	R\$ 203,00	R\$ 215,56	R\$ 1.293.360,00
TOTAL								R\$ 1.293.360,00
ITEM	Descrição	QTD	NºPregão:222023 / UASG:926454	PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA MULTI TEC	PROPOSTA RIO MADEIRA	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)	3	R\$ 55,99	R\$ 255,00	R\$ 180,00	R\$ 150,00	R\$ 195,00	R\$ 585,00
TOTAL								R\$ 585,00
ITEM	Descrição	QTD		PROPOSTA SOLUTI	PROPOSTA DIGISEC	PROPOSTA OBJECTTI	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
4	Certificado digital SSL Wildcard A1 (validade de 1 ano) - Intranet	3	R\$ 5,00	R\$ 610,00	R\$ 650,00	R\$ 680,00	R\$ 646,67	R\$ 1.940,01
TOTAL								R\$ 1.940,01
ITEM	Descrição	QTD	NºPregão:32023 / UASG:926697	PROPOSTA GLOBALSEC	PROPOSTA AR RP	PROPOSTA RIO MADEIRA	PREÇO MÉDIO (UNITÁRIO)	PREÇO MÉDIO
5	Certificado digital Intranet SSL Wildcard para servidores WEB (validade de 1 ano)	3	R\$ 779,99	R\$ 1.299,00	R\$ 2.688,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.129,00	R\$ 6.387,00
TOTAL								R\$ 6.387,00
TOTAL GERAL								R\$ 1.380.272,01

Considerando o mapa de preços, temos que o valor máximo do registro de preço será de **R\$ 1.377.843,01** (Um milhão, trezentos e oitenta mil, duzentos e setenta e dois e um centavos).

JUSTIFICATIVA: Considerando que não foi encontrado no sistema de banco de preços um pregão específico para o item de número 4, neste ETP foi apresentado o mesmo valor da ATA de 2021. Portanto, é correto afirmar que os valores devem ser reajustados para a cotação atual.



5.1.5 - Mapa comparativo dos cálculos totais de propriedade (TCO)

Descrição da solução	Estimativa de TCO ao longo dos anos				Total
	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	
Solução Viável 1	R\$ 690.136,00	R\$ 690.136,00	Não se aplica	Não se aplica	R\$ 1.380.136,01

A Contratação envolve a aquisição de algum artigo (bem de consumo) que possa ser considerado "de luxo"?

Conceito de Bem de Luxo - Considera-se bem de luxo aquele que possui características como ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Portanto, que apresenta característica ostensivamente superior à necessária ao cumprimento da finalidade a que se destina.

Não
 Sim – Justifique:

Escolha da solução

O processo de contratação de empresa especializada na emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrados, e-CPF A3, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard e SSL Wildcard para servidores WEB está sendo desenvolvido com uma única solução aplicável, que consiste na contratação dos itens especificados através de Registro de Preços por uma empresa especializada para a validação e emissão dos certificados. Esse processo está alinhado com o cumprimento do macrodesafio de Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados (12), do plano de gestão do TJPA ao biênio 2023 – 2025.

Embora tenha sido informado no PAC que a demanda não seria objeto de compartilhamento, por obrigatoriedade da lei 14.133/2021 no seu art. 86, haverá intenção de registro de preços no presente processo. O PAC será retificada oportunamente no Plano, quando da sua revisão.

Detalhamento:

O registro de preços para a contratação de empresa especializada no serviço de emissão de Certificados Digitais ICP-Brasil A3 AC-JUS para magistrados, e-CPF, e-CNPJ A1, Intranet SSL Wildcard intranet e SSL Wildcard para servidores web, ambos do tipo A1, atende a uma necessidade dos sistemas integrantes do processo de modernização do Poder Judiciário, denominada pela Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça com foco no juízo 100% digital, como o "Processo Judicial Eletrônico (PJE)", "sistema eletrônico de execução Unificado (SEEU)", "Processo Administrativo Digital". Isso inclui ainda o "PJeCor", a "Devolução Eletrônica de Mandados", o "Alvará eletrônico", "a importação automática da gravação de audiências do sistema Kenta para o PJe", "BNMP", entre outros, bem como o uso dos sistemas externos de informações e processos judiciais (Infojud, Renajud, Serasajud, PJe do CNJ e todos os recursos disponíveis na plataforma digital do poder judiciário - DPDJ). Esses sistemas asseguram ao magistrado e ao servidor, bem como a todos os documentos por eles gerados, a impossibilidade de negar suas atividades e a autenticidade por meio do uso dos certificados digitais Cert-JUS e e-CPF do tipo A3.

Diante do exposto, o Art. 4º da Resolução nº 185, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 do CNJ defini que os atos processuais terão registro, visualização, tramitação e controle exclusivamente em meio eletrônico



e serão assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar todos os usuários responsáveis pela sua prática.

§ 3º Serão admitidas assinaturas digitais de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, realizadas no sistema PJe ou a este destinadas, com a utilização de certificado digital A1 e A3, na forma da normatização do ICP-Brasil e nos termos desta Resolução. (Redação dada pela Resolução n. 281, de 9.4.2019 - CNJ)

Outrossim, proporciona recursos de segurança do Poder Judiciário do Estado do Pará, na comunicação com demais integrantes do Poder Judiciário no território nacional, através do Malote Digital e perante os órgãos de receita federais e estaduais, e-Social, Conectividade Social ICP - FGTS da Caixa Econômica Federal e outros serviços, que requeiram o uso de tal certificado para comunicações digitais/assinaturas.

Além disso, o CNJ sinalizou na resolução 90 em seus artigos 6º, IV, que os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional e segurança da informação oferecendo suporte à certificado digital padrão ICP-Brasil. Desta forma, é determinante a necessidade da aquisição de novos certificados digitais, além da renovação constante dos que estão próximos do vencimento ou que já tenham expirado sua validade.

Art. 6º Os sistemas de automação deverão atender a padrões de desenvolvimento, suporte operacional, segurança da informação, gestão documental, interoperabilidade e outros que venham a ser recomendados pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e aprovados pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ. (Redação dada pela Resolução n° 136, de 13.07.11)

§ 1º As novas aplicações de sistemas de automação de procedimentos judiciais deverão:

I - Ser portáteis e interoperáveis;

II - Manter documentação atualizada;

III - ser homologadas antes de entrar em produção;

IV - Oferecer suporte para assinatura baseado em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA SOLUÇÃO – art. 10º, §1º, incisos VI da IN nº 01/2023

Item/Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Certificado AC – JUS Magistrado A3	500	R\$ 156,00	R\$ 78.000,00
Certificado e-CPF A3	6.000	R\$ 215,56	R\$ 1.293.360,00
Certificado e-CNPJ A1	3	R\$ 195,00	R\$ 585,00
Certificado SSL Wildcard Intranet A1	3	R\$ 646,67	R\$ 1.940,01
Certificado SSL Wildcard para servidores web A1	3	R\$ 2.129,00	R\$ 6.387,00
Total estimado da contratação			R\$ 1.380.272,01
Total de Previsão de Execução no ano			R\$ 690.136,00

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA – art. 10º, §1º, incisos VII da IN nº 01/2023

Fornecimento / Aquisição de bens

Contratação de serviços



Natureza continuada

Natureza não continuada

Objeto inovador

Objeto possui características comuns

Execução em um único exercício financeiro

Execução em mais de um exercício financeiro

Descrição detalhada:

Existe apenas uma solução aplicável para esta contratação.

8 - DO PARCELAMENTO – art. 10º, §1º, incisos VIII da IN nº 01/2023

Da solução em múltiplas contratações:

Realização de 01 licitação ou dispensa

Realização de mais de 01 licitação ou dispensa. Quais?.....

Do objeto:

Itens

Lotes

Lotes e Itens

Global

Justificativa da escolha: Considerando que os serviços agrupados no **lote 1** estão inerentemente relacionados e, por praxe de mercado, são fornecidos como uma solução indissociável por uma única empresa, entendemos que esses itens devem estar agrupados no mesmo lote. Isso garante a eficiência no uso dos recursos financeiros para a aquisição da solução pretendida.

Por outra banda, o **lote 2**, por não haver dependência com os itens do lote 1, pode ser contratado por uma empresa diferente do primeiro lote, aumentando a concorrência e, conseqüentemente, reduzindo os preços das soluções.

Portanto, o parcelamento será realizado por lote, visando o aumento da competitividade e a economia de escala. A fragmentação do objeto em itens, além de acarretar uma perda na economia de escala, acarretaria uma considerável complexidade no gerenciamento de contratos, uma vez que os itens de cada grupo apresentam interdependência mútua.

LOTE	ITEM	SERVIÇOS
1	1	Certificado digital da cadeia AC-JUS A3 (validade de 3 anos) para magistrados
	2	Certificado digital e-CPF A3 (validade de 3 anos)
	3	Certificado digital A1 para pessoa jurídica (e-CNPJ)

LOTE	ITEM	SERVIÇOS
2	4	Certificado digital Intranet SSL Wildcard do tipo A1 12 meses
	5	Certificado digital SSL Wildcard para servidores WEB do tipo A1 12 meses



--

9 - DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS – art. 10º, §1º, incisos IX da IN nº 01/2023

Benefícios diretos:

Segurança: Aumentar o nível de segurança das informações e da rede do TJPA, tanto interna quanto externamente ao Órgão.

Economicidade: Minimizar/eliminar o fluxo de papel atualmente presente no TJPA e, por conseguinte, baixar os custos dos processamentos administrativos, consoante previsto no Planejamento de Gestão do TJPA para o biênio 2023-2025.

Eficiência: Garantir a utilização de assinaturas digitais elevando-se, assim, o grau de segurança na tramitação dos documentos nos sistemas existentes.

Benefícios indiretos:

Redução de erros: A segurança aumentada das informações e a tramitação mais segura dos documentos podem contribuir para a redução de erros nos processos, resultando em uma administração mais precisa e confiável.

Melhoria da imagem institucional: O aumento do nível de segurança das informações e a modernização dos processos podem contribuir para uma melhor imagem do TJPA perante a sociedade e outras instituições.

Facilidade de acesso à informação: Com a digitalização dos processos, pode-se facilitar o acesso às informações por parte dos colaboradores, juízes, advogados e demais partes interessadas, contribuindo para uma maior transparência e agilidade nos processos.

Sustentabilidade ambiental: A redução do uso de papel pode contribuir para a preservação do meio ambiente, reduzindo o consumo de recursos naturais e os impactos ambientais associados à produção e descarte de papel.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – art. 10º, §1º, incisos X da IN nº 01/2023

Não

Sim

Adequação física (espaço, mobiliário, infraestrutura elétrica ou tecnológica, etc)

Capacitação / Treinamento

Outros.

Quais?

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES – art. 10º, §1º, incisos XI da IN nº 01/2023

Contratações correlatas

Não

Sim.

Quais?

Contratações interdependentes

Não

Sim.

Quais?

A contratação interdependente envolve a adesão a ata de dispositivos para armazenamento criptográfico, que se torna necessária junto com os itens 1, 2, 3, 4 e 5 do objeto principal desta contratação



para a prestação do serviço em casos de sistemas internos e externos ao Tribunal, que exijam certificação como requisito essencial para o acesso ou a assinatura de documentos.

12 - CONTRATAÇÕES SIMILARES REALIZADAS NO TJPA – art. 10º, §1º, incisos XII da IN nº 01/2023

Contratações anteriores

Inédita

Sim

Indicar:

Número do processo administrativo: **TJPA-PRO-2021/01766**

Número da licitação ou dispensa: **Pregão Eletrônico de nº. 050/TJPA/2021.**

Após análise do pregão anterior, foi constatado que houve pedido de esclarecimentos por parte da empresa Certsign sobre os Requisitos técnicos específicos de alguns itens. Segue o detalhamento das perguntas e respostas:

DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Pergunta nº 1: Considerando que o SAN possui tamanho limitado ao Certificado, entendemos que a quantidade máxima que pode ter neste campo é de até 250 endereços (vide RFC5280), visto que não é comum encontrar no mercado, ofertas com quantidade superior a 250 endereços. Está correto o entendimento?

Resposta: Está incorreto o entendimento, pois o produto em questão não se trata de um certificado SSL externo e sim para domínio interno (Intranet), não publicável na internet e que neste caso específico, permite proteger até 500 SANs. Inclusive na proposta recebida da própria certisign, não recebemos resposta sobre esse item pois fomos informados que a empresa não comercializa o produto em questão.

Pergunta nº 2: Considerando toda extensão do estado do Pará e a omissão do edital quanto as localidades, solicitamos que a CONTRATANTE informe de imediato aos proponentes todas as localidades para possíveis realizações de visitas, para maior assertividade na precificação do certame, visto a necessidade de deslocamentos. Nossa solicitação será acatada?

Resposta: Não há necessidade de informação mais específica sobre as localidades, visto que com o advento da validação por videoconferência, só utilizaremos as visitas técnicas para validação presencial na cidade de Belém.

Pergunta nº 3: Entendemos que os dispositivos a serem ofertados pela CONTRATADA, deverão ter sua compatibilidade comprovada mediante documentação oficial do fabricante (manual/folder), e que também cabe a contratada fornecer os drivers para os sistemas operacionais supracitados, porém não será de sua responsabilidade neste caso, prestar atendimento de suporte técnico para os sistemas operacionais, mas sim se necessário prestar orientações quanto a instalação dos certificados nos dispositivos.

Está correto o entendimento?

Resposta: Entendimento está correto.

Pergunta nº 4: Conforme determinação das normas fiscais em vigor, esta PROPONENTE está obrigada a emitir notas fiscais distintas para produtos (mídias criptográfica), certificados digitais e validações presenciais. Lembramos ao contratante que as distinções das notas fiscais seguem a regulamentação de ISS e ICMS.

Está correto o entendimento?

Resposta: Entendimento está correto.



DAS IMPUGNAÇÕES

Por outra banda, durante a instrução do pregão, tivemos uma impugnação por parte da empresa Soluti Certificação digital, para retificação dos valores do certificado SSL *wildcard* interno sobre em razão de forte indícios de inexequibilidade deste.

REPUBLICAÇÃO

Considerando o pedido de impugnação apresentado, o Setor Demandante procedeu duas alterações no Termo de Referência, motivando a republicação da Licitação. Abertura dia 06/10, às 10h

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS – art. 10º, §1º, incisos XIII da IN nº 01/2023

Não há impactos ambientais Sim, existem impactos ambientais

Possíveis impactos ambientais:

Medidas mitigadoras:

Responsáveis:

Cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente:

Será necessário fazer ou alterar:

Infraestrutura tecnológica

Infraestrutura elétrica

Espaço físico

Mobiliário

Detalhamento:

Não se aplica, pois envolve apenas a prestação de serviço de emissão de certificados.

14 - Sustentação do Contrato**14.1 - RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS**

A Secretaria de Informática acompanhará e fiscalizará o contrato durante curso de sua vigência.

14.2 - ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE CONTRATUAL

Em caso de interrupção do serviço de emissão de certificado digital, além das penalidades aplicáveis nos termos contratuais, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, será avaliada a necessidade de contratação direta, por meio de dispensa de licitação emergencial, ou a adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão, para garantir a continuidade do objeto. É importante ressaltar que, em caso de interrupção, o fornecimento pode ser realizado por qualquer Autoridade Certificadora subordinada à hierarquia do ICP-Brasil.

14.3 - ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL E DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

As atividades de transição incluem, no mínimo:

14.3.1 - Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação

Não se aplica, pois a Certificação Digital não é uma solução em que há desenvolvimento de software com versionamento.

14.3.2 - Transferência final de conhecimentos

Não se aplica, pois envolve apenas a prestação de serviço de emissão de certificados.

14.3.3 - Devolução de recursos materiais

Não se aplica, pois não haverá devolução de recursos materiais após serem adquiridos.

14.3.4 - Revogação de perfis de acesso

Não se aplica, pois não serão definidos perfis de acesso.

14.3.5 - Eliminação de caixas postais

Não se aplica, pois não serão criadas caixas postais.

14.4 - REGRAS PARA ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA DO ÓRGÃO COM RELAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA

Devem contemplar no mínimo:

14.1.1 - A forma de transferência de conhecimento tecnológico

Não se aplica, pois não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software.

14.1.2 - Os direitos de propriedade intelectual e autorais da solução de tecnologia da informação e comunicação.

Não se aplica, pois não se trata de uma solução em que há desenvolvimento de software

14.1.3 - Garantia dos bens e ou serviços.

15 - PRIORIZAÇÃO DA DEMANDA

Grau de prioridade

Alto Médio Baixo

Justificativa de alteração do previsto no PCA:

Urgência - A contratação deverá ocorrer em:

Não existe exigência de tempo de contratação

A contratação deve ocorrer em até 2 anos para atender demandas futuras

A contratação deve ocorrer em até 1 ano para evitar rupturas de serviços críticos

A contratação deve ocorrer em até 6 meses para evitar ruptura de serviços críticos

Impacto - Efeito negativo caso não ocorra a contratação

Insignificante Pouco relevante Relevante Muito Relevante Catastrófico

16 - CONCLUSÃO – art. 10º, §1º, incisos XIV da IN nº 01/2023

Viável Inviável

Justificativa detalhada:

Modelo de ETP
padronizado

Versão 03

Data de retirada do Portal do TJPA: 12/02/2024



Belém, 30 de abril de 2024

Nomes e assinaturas da equipe de planejamento da contratação



Assinado com senha por YAN YURI FERREIRA LIMA, RICARDO DA SILVA LACERDA e RAMON SANTOS DO NASCIMENTO.
Use 4037536.27416586-3685 - para a consulta à autenticidade em
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4037536.27416586-3685>
Documento gerado por JONAS AMERICO ALVES DUARTE *Data e hora: 03/09/2024 12:12



TJPADES202494435

